

A capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império português (1788/1808)

Renato de Mattos

Resumo:

Através da análise da bibliografia sobre o tema aliada à leitura de textos produzidos por autoridades paulistas do período, pretendemos problematizar a “decadência” e “pobreza” da capitania de São Paulo nas últimas décadas do século XVIII. Nesse sentido, privilegiamos o debate em torno da inserção da capitania paulista nas linhas de comércio do Império português, destacando a atuação dos grupos mercantis locais e suas articulações com a metrópole e com as demais capitanias da América Portuguesa.

Palavras-chave: São Paulo, comércio colonial, Império português.

Abstract:

Through the analysis of the bibliography relative to the theme and the reading of the documents written by authorities of São Paulo, we intend to study the “decay” and the “poverty” of São Paulo in the last quarter of the eighteenth century. In this sense, we have chosen to discuss the insertion of the capitania of São Paulo in the trade lines of the Portuguese empire, through the analysis of local merchant groups and their connections with Portugal and the rest of the capitanias of the colony.

Keywords: São Paulo, colonial trade, Portuguese empire.

Nos últimos anos, a bibliografia sobre a capitania e cidade de São Paulo teve como principal eixo temático a análise crítica das várias interpretações produzidas desde fins do século XIX por aqueles historiadores tidos como “tradicionais”. Estes autores, em sua grande maioria, eram associados ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP)¹, órgão fundado em 1894 e que desde a sua gênese buscava “no passado fatos e vultos na história do estado que fossem representativos para constituir uma historiografia marcadamente paulista, mas que desse conta do país como um todo” (SCHWARCZ, 1995: 126-127). Com o declarado interesse em “justificar o poder de São Paulo no contexto de riqueza cafeeira no âmbito da República Velha” (BLAJ, 2000: 240), os estudos levados a cabo por estes historiadores apresentavam como traço comum a valorização do paulista ancestral, através do enaltecimento da figura do Bandeirante, reconhecido como o elemento responsável pela expansão do território português para além da linha de Tordesilhas e por consequência, o responsável pela configuração espacial do futuro território brasileiro.

Aluno no nível de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

¹ Entre estes autores vinculados ao IHGSP destacamos Theodoro Sampaio. São Paulo de Piratininga no fim do século XVI. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, vol. 4, p. 257-278, 1899; e Alcântara Machado. *Vida e Morte do bandeirante*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980 [1929].

Da mesma forma, durante o Estado Novo, esta historiografia “paulística” enfrentaria uma conjuntura diversa que traria consigo novos desafios. Depois da derrota de 1932 e a paulatina perda da antiga hegemonia que o estado desfrutava no cenário nacional, estes historiadores² reforçariam muitas destas imagens construídas sobre os primórdios de São Paulo, acrescentando-se ainda outros traços, com destaque ao “isolacionismo” paulista e a sua pobre e auto-suficiente economia. Segundo Ilana Blaj, através da insistência dada à “pobreza” paulista contrastando com a “opulência” das capitânicas nordestinas e da suposta autonomia vivenciada por seus habitantes perante o poder metropolitano, esta historiografia do pós-30 tinha como principal objetivo salientar “a batalha árdua dos paulistas em um período durante o qual os estados aliados a Vargas seriam privilegiados” (BLAJ, 2002: 55-56).

Nas décadas de 1950 e 1960, outra imagem acerca de São Paulo seria construída: desta vez sob a influência dos estudos orientados pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal)³, privilegiou-se o enfoque das chamadas “áreas dinâmicas” do período colonial, como por exemplo, o Nordeste açucareiro e as regiões mineradoras. Com o intuito de compreender as origens do subdesenvolvimento brasileiro, buscou-se uma maior compreensão de temas como a escravidão, a *plantation* e o poder das oligarquias regionais, para que assim fosse possível a formulação de propostas que pudessem superar os aspectos reconhecidos por estes autores como os principais obstáculos para o desenvolvimento pleno do capitalismo no Brasil.

Assim, ao enfatizar quase que exclusivamente os pólos exportadores da América portuguesa, estes autores tributários desta perspectiva “cepalina” conferiam a São Paulo a condição de região fracamente inserida dentro da lógica do Sistema Colonial, atuando apenas como produtora de gêneros voltados ao consumo das áreas tidas como “dinâmicas”, ou mesmo como fornecedora de mão-de-obra indígena cativa ao Nordeste. Tais acepções sobre São Paulo colonial relegaram a um segundo plano toda a especificidade da dinâmica social e econômica internas da capitania, contribuindo, segundo Ilana Blaj, para a efetiva perpetuação destas “visões tradicionais de uma sociedade isolada, voltada à subsistência, mas igualmente ativa, independente e até democrática (...)” (BLAJ, 2002: 66).

Entre as interpretações tradicionais que foram cristalizadas por esta historiografia, destacamos aquelas que trataram especialmente o século XVIII paulista. Ao orientar o enfoque analítico sobre São Paulo sempre em função das demais regiões da colônia, estes

² Dentre os representantes dessa historiografia estavam Affonso de Escagnolle Taunay. História da cidade de São Paulo no século XVIII. *Annaes do Museu Paulista*, São Paulo, t. 5, p. 289-620, 1931; Alfredo Ellis Jr. *A evolução da economia paulista e suas causas*. São Paulo: Ed. Nacional, 1937.

³ Quanto aos historiadores vinculados a esta “perspectiva cepalina” ver a obra de Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*. 17ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1980; e Richard M. Morse. *Formação histórica de São Paulo (de comunidade à metrópole)*. 2ª edição. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

estudos geralmente concederam a esta capitania a posição de abastecedora das áreas mineradoras, o que possibilitaria, em um primeiro momento, a configuração de um relativo dinamismo econômico, mas que acabaria sendo ofuscado e empobrecido em decorrência da dispersão demográfica e da crescente crise da extração metalífera, manifesta em meados deste século. Neste viés interpretativo, “decadência” e “pobreza” são comumente atribuídas à capitania paulista quando esta deixou de exercer sua função de principal fornecedora de alimentos para Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Em estudo posterior a estes citados, encontramos a persistência da associação entre riqueza e produtos exportáveis para o Reino. Atendo-se à análise das elites paulistas na segunda metade do século XVIII, Elizabeth Rabello afirma que, depois da “fase áurea da mineração”, a única atividade que restara à população paulista era uma rudimentar agricultura de gêneros de subsistência. Segundo a autora

Ao pensarmos em São Paulo, na segunda metade do século XVIII, a primeira visão que nos aparece é a de um quadro de miséria, com uma população paupérrima e que só no século seguinte passaria, na realidade, a ter alguma projeção nacional. Num retrospecto econômico de São Paulo na época, deparamos com uma agricultura que mal chegava para a subsistência da população, portanto quase não se exportava ou então esta exportação era insignificante comparando-se com outras regiões do Brasil. (RABELLO, 1980: 17-18)

Ao observarmos os exemplos apresentados, notamos a permanência de certas imagens sobre São Paulo no período colonial – com destaque à “pobreza” e à “decadência” – em momentos históricos diversos, nos quais invariavelmente os respectivos autores estavam consoantes às questões e aos debates coevos. Contudo, como já citamos acima, nas últimas décadas diversos estudos empreendidos sobre a história de São Paulo têm demonstrado uma situação diversa daquela sugerida por esta historiografia “tradicional”, e acima de tudo, nos permite perscrutar sob nova perspectiva as mesmas fontes primárias nas quais estes autores obtiveram os elementos para consolidar tais versões sobre a sociedade e economia paulistas.

Nesse sentido, é significativa a pesquisa realizada por Maria Luiza Marcílio, na qual se observam conclusões divergentes daquelas que defendem a pobreza paulista e a sua relação com o declínio da produção aurífera. Para a autora, após a derrota no conflito contra os “emboabas”, em 1710, houve um “refluxo” dos paulistas que sonhavam em enriquecer explorando o ouro. Estes, ao retornarem para a capitania de São Paulo, responderam rapidamente ao “estímulo de uma população crescente nas Minas (...) organizando suas lavouras em moldes comerciais e alargando sua infra-estrutura” (MARCÍLIO, 2000: 296).

Junto a esta expansão da economia mercantil baseada no abastecimento das zonas

auríferas, ocorreu a formação de uma classe de negociantes e de grandes fazendeiros enriquecidos pelo comércio regular com outras capitanias. Com base nos dados sobre a evolução demográfica de São Paulo, Marcílio afirma que

(...) só há decadência quando houve um crescimento ou desenvolvimento anterior. Ora para qualquer lado que nos voltamos, quer da economia, quer da sociedade, da demografia ou do povoamento, da vida material à vida cultural, nada nos indica um período no século XVII, de pronunciado ou de relativo crescimento material ou humano na região, período este interrompido no século XVIII por um recuo ou decadência, depois do qual o progresso teria retomado seu curso no final do XVIII ou no início do XIX na fase do café. (MARCÍLIO, 2000: 190-191)

Em estudo recente, Ana Paula Medicci oferece uma análise minuciosa dos discursos sobre “decadência” e “pobreza” construídos por viajantes e autoridades paulistas entre 1782 e 1822. Partindo da bibliografia mais recente que questiona a imagem do “pauperismo” de São Paulo, a autora observa uma contradição entre a situação econômica local e o relato contido na documentação produzida no período. Para Medicci, a existência de atividades comerciais de considerável importância voltadas ao abastecimento de outras capitanias anteriores à expansão da lavoura mercantil em fins do século XVIII, opunha-se ao panorama apresentado nos relatos escritos por pessoas ligadas à administração paulista, que insistiam em ressaltar a “ociosidade” e a “vadiagem” da população organizada em pequenas e médias propriedades dedicadas à agricultura de gêneros de subsistência.

Conforme a autora, a idéia de “decadência” encontrada nestas fontes baseava-se na ausência de culturas tidas como “lucrativas”, ou seja, a produção de gêneros que pudessem ser exportados diretamente para o Reino. Assim

(...) argumentos de ‘pobreza’ e da ‘decadência’ de São Paulo fundamentam os discursos acerca da Capitania então formulados não apenas como um elemento de retórica ou expressão da ‘realidade’ paulista, mas também como um instrumento com vistas a justificar a defesa e implantação de práticas favoráveis aos interesses de grupos de poder locais, em nome dos quais estes funcionários paulistas estariam falando. (MEDICCI, 2005: 09)

Nos estudos sobre a história de São Paulo que compartilhavam da mesma tese fundada na suposta “pobreza” vivenciada em toda a capitania nas últimas décadas do século XVIII, encontramos uma vasta documentação arrolada pelos respectivos autores com o objetivo de embasar tal interpretação. Em sua grande parte, estas fontes selecionadas são de natureza oficial, compreendendo entre elas, correspondências, ofícios, relatórios e censos demográficos, produzidos por agentes que ocupavam algum cargo administrativo na colônia e eram remetidas geralmente para o Conselho Ultramarino.

Entre tais fontes referenciadas por esta bibliografia, é significativa a *Dissertação sobre a capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la*, concluída em 1782 pelo então Juiz da Alfândega e de Fora de Santos, Marcelino Pereira Cleto. Assim como o próprio título deste documento sugere, encontramos aí a descrição do quadro “decadente” de São Paulo, apropriada de forma indiscriminada por diversos autores que se debruçaram sobre os aspectos econômicos e sociais da capitania. Segundo Pereira Cleto, tão logo terminada a época em que São Paulo atuava diretamente como escoadouro de todo minério extraído das Minas, a capitania sofreria um grande golpe na sua economia, a ponto de caracterizar a região, no momento em que escrevia, como a “mais decadente da América”.

Pressupondo a “decadência” da economia paulista, o Juiz da Alfândega apresenta uma série de proposições com o intuito de restaurar a capitania de sua “letargia”, entre as quais se destacava o estabelecimento de um comércio direto entre o porto santista e o Reino através da obrigatoriedade do envio de dois ou três navios de Portugal dispostos a carregarem “ou por conta dos donos dos navios, ou dos agricultores os efeitos que tivessem, sem nunca lhes tirarem a liberdade de os vender, a quem lhes bem parecesse” (CLETO, 1977: 23). Segundo Pereira Cleto, a concentração da exportação paulista no porto de Santos traria consigo grandes lucros aos produtores da capitania, pois permitiria o negócio direto com os navios europeus que ofereciam preços mais vantajosos daqueles que ora eram oferecidos pelos negociantes do Rio de Janeiro, principal fornecedora de produtos manufaturados e escravos para São Paulo.

Esta estratégia apontada pelo então Juiz da Alfândega santista seria adotada depois de alguns anos, durante a administração do Capitão General Bernardo José de Lorena (1788-1797). Impondo restrições ao comércio de cabotagem praticado pelas vilas litorâneas da capitania, Lorena procurou concentrar as exportações marítimas de São Paulo no porto de Santos com o intuito de estabelecer um efetivo comércio direto com o Reino. As razões que norteavam a adoção destas proibições ao livre comércio seriam descritas pelo Capitão General no final do seu governo, em relatório endereçado ao seu sucessor, Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça (1797-1802). Neste relatório, nota-se a grande atenção dispensada pelo Governador em ressaltar os avanços obtidos ao longo de sua administração, com destaque à agricultura e comércio paulistas. Assim, segundo Bernardo José de Lorena, a agricultura paulista encontrava-se “em um progresso muito grande, de sorte que se pode dizer que se acabou a Preguiça de que geralmente era acusada a Capitania de São Paulo” (LORENA, 1924: 207).

Em relação ao comércio paulista, o governador ressaltava que era este o “grande remédio contra a Preguiça” disseminada entre os habitantes da capitania. Segundo o Capitão

General, até o ano de 1789, “a cabotagem era o comércio que aqui se fazia por mar”, mas que no momento em que escrevia, achava-se o “comércio do Porto de Santos para a Europa estabelecido, como é notório” (LORENA, 1924: 208).

Lorena lamentava a resistência dos produtores e negociantes das vilas litorâneas contrários a esta medida, de modo que eram necessárias

(...) muitas Providências para evitar a saída dos efeitos de comércio com a Europa, para o Rio de Janeiro havendo aqui Navios à carga de bom conceito pelo costume em que estavam os Negociantes de São Paulo, de merecerem menos este nome, do que os de Caixeiros dos do Rio (LORENA, 1924: 208).

Em seu relatório, Bernardo José de Lorena arrogava a si o grande feito de superar a grave “decadência” econômica, graças à suas medidas restritivas e a efetiva inserção da capitania paulista no comércio atlântico. Considerando o estabelecimento do comércio direto entre o porto de Santos e Portugal muito mais lucrativo e propício ao incremento agrícola de São Paulo, Lorena seguia a tônica da *Dissertação* feita pelo Juiz Marcelino Pereira Cleto, principalmente quando defendia a concentração das exportações na vila santista com o intuito de garantir a arrecadação dos impostos obrigatórios na Alfândega ali estabelecida. Para ambos, a eficácia de tal medida era inequívoca para o combate da tão propalada “pobreza” paulista, fato este incorporado muitas vezes de forma acrítica pela bibliografia que tratou o período.

Por sua vez, encontramos um posicionamento diverso quanto a este mesmo problema na *Memória Econômico Política da Capitania de São Paulo*, escrita no ano de 1800 pelo então Capitão General Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça. Dirigida ao secretário do Ultramar D. Rodrigo de Souza Coutinho, encontramos nesta *Memória* algumas considerações sobre a economia e sociedade paulistas, especialmente ao que diz respeito às mudanças levadas por este General no intuito de reverter o quadro “decadente” da capitania.

Segundo Castro e Mendonça, a liberdade de comércio usufruída pelos habitantes do litoral paulista trazia grandes benefícios à economia de São Paulo, a qual seria duramente afetada em 1789, quando seu antecessor, Bernardo José de Lorena, proibiu as exportações a não ser aquelas realizadas para Lisboa através do porto santista. Criticando a política adotada por seu antecessor, Castro e Mendonça afirmava não acreditar que o mesmo fosse “capaz de preferir ao interesse geral da Capitania, e com especialidade daquelas pobres vilas da Marinha, o interesse particular de certos e determinados indivíduos”, mas que, de qualquer forma, tal medida só poderia ser fruto dos “poucos conhecimentos, que então tinha da capitania, e da pouca inteligência (...)” (CASTRO E MENDONÇA, 1961: 206).

Sugerindo uma possível articulação do Capitão General Lorena com determinados grupos de produtores e negociantes que se beneficiavam com a concentração das exportações paulistas na vila de Santos, Castro e Mendonça contrapõe os argumentos apontados pelo seu antecessor, apresentando dados que demonstram uma maior rentabilidade na restituição da liberdade de comércio outrora desfrutada pelas demais vilas litorâneas, com destaque àquelas que mantinham estreitos laços mercantis com negociantes radicados na praça do Rio de Janeiro.

A liberdade restituída à prática comercial de cabotagem conferida por Castro e Mendonça seria abolida novamente logo nos primeiros meses da administração de seu sucessor Antonio José da Franca e Horta (1802-1811). Apropriando-se dos mesmos argumentos feitos pelo Juiz Pereira Cleto e pelo Governador Lorena, Franca e Horta adotaria as mesmas restrições vigentes anteriormente, gerando inúmeras manifestações contrárias por parte das vilas afetadas diretamente com estas medidas.

A análise dos relatos produzidos em fins do século XVIII e início do XIX revela claramente o alinhamento entre as principais autoridades mencionadas com determinados grupos de negociantes e produtores das vilas da capitania, permitindo-nos concluir que as várias diretrizes adotadas concernentes à prática comercial paulista atendiam diretamente aos interesses de determinados grupos de negociantes e produtores. Entre estes grupos, é perceptível a aproximação de importantes proprietários agrícolas e homens de negócio que habitavam as vilas do planalto paulista, com destaque para Itu, maior produtora de cana-de-açúcar do período, bem como aqueles que habitavam a cidade de São Paulo e a vila de Santos, com os Capitães Gerais Lorena e Franca e Horta, em prol do estabelecimento do comércio direto entre São Paulo e o Reino. Por sua vez, é significativa a mobilização contrária a tais proibições por parte de grupos radicados nas vilas do litoral norte e Vale do Paraíba paulista, particularmente interessados em preservar os laços mercantis com outras regiões da América portuguesa, com destaque à cidade do Rio de Janeiro.

A medida restritiva instaurada pelos Capitães Lorena e Franca e Horta não conformava uma “solução reparadora” de uma suposta “fraca” inserção da capitania nas linhas de comércio do Império luso, afinal, a divergência de opiniões acerca da inserção de São Paulo no comércio marítimo corrobora ainda mais o complexo quadro sócio-econômico delineado pelos estudos recentes citados. Nesse sentido, “pobreza” e “preguiça” passam a ter significados diversos daqueles que comumente foram atribuídos pela bibliografia, uma vez que os discursos uníssonos produzidos pelas autoridades locais sobre o estado “decadente” da economia paulista demonstram que o emprego constante destes termos visava justificar a

adoção de medidas concernentes à prática comercial no âmbito da capitania, as quais atendiam diretamente aos interesses de grupos distintos e divergentes entre si.

Referência Bibliográfica

BLAJ, Ilana. *Mentalidade e Sociedade: Revisitando a Historiografia sobre São Paulo Colonial*, in: *Revista de História*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000.

_____. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2002.

CASTRO E MENDONÇA, Antonio Manoel de Mello. *Memória Política Econômica da Capitania de São Paulo*. *Anais do Museu Paulista*. Separata do volume XV. São Paulo, 1961.

LORENA, Bernardo José de. *Correspondência recebida e expedida pelo General Bernardo José de Lorena, Governador da Capitania de São Paulo durante o seu governo (1788-1797)*. *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. Vol. 45. São Paulo: Duprat & Comp., 1924.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)*. São Paulo, Hucitec, 2000.

MEDICCI, Ana Paula. *Entre a “decadência” e o “florescimento”: a Capitania de São Paulo na interpretação de memorialistas e autoridades públicas (1782-1822)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2005.

RABELLO Elizabeth Darwiche. *As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: Editora Comercial Safady, 1980.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.